

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
 - 2.1 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 6 – ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 1º/6/2023

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Bruno Engler – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Douglas Melo – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Marli Ribeiro – Sargento Rodrigues.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 6, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

Às 10h2min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e os deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 16/2023, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Noraldino Júnior. Designa ainda como relatora da visita realizada no dia 19/5/2023, no Município de Nova Lima, a deputada Ione Pinheiro. Passa-se à

3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.955 a 1.958/2023. Registra-se a presença da deputada Bella Gonçalves. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.237/2023, dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior e das deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves, em que requerem seja informado à Mesa da Assembleia que o tema “Principais ações e projetos de apoio à universalização do saneamento, incluindo o atendimento nas áreas rurais do Estado, a destinação dos resíduos sólidos em aterros sanitários, bem como o detalhamento das principais ações, projetos e execução do orçamento do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro” foi escolhido por esta comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022;

nº 2.238/2023, dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior e das deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados à secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Principais ações e projetos de apoio à universalização do saneamento, incluindo o atendimento nas áreas rurais do Estado, a destinação dos resíduos sólidos em aterros sanitários, bem como o detalhamento das principais ações e projetos e a execução do orçamento do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro”; “Principais ações e desafios da Semad no monitoramento da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no Estado”; e “Acompanhamento dos processos de licenças ambientais de empreendimentos de mineração e de empreendimentos minerários que operam por meio de termos de ajustamento de conduta – TACs”;

nº 2.239/2023, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado ao secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento que o tema “Agricultura de precisão: desafios, projetos futuros e importância da inovação na agropecuária de precisão em Minas Gerais” foi definido por esta comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.977/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada visita ao empreendimento da Mineração Santa Paulina Ltda., no Município de Ibirité, para verificar a atuação da empresa de mineração na localidade e os impactos ambientais e urbanísticos na região;

nº 1.979/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação de abandono da área de preservação ambiental Recanto das Nascentes, localizada no Bairro Betânia, no Município de Belo Horizonte;

nº 1.989/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a existência de pedido de desarquivamento ou de novo pedido de licenciamento ambiental pela Mineração Santa Paulina Ltda. para atuar na região que compreende os Municípios de Ibirité, Mário Campos e Sarzedo;

nº 1.997/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao superintendente Regional de Meio Ambiente – Central Metropolitana pedido de informações sobre a existência de estudos técnicos que fundamentaram sua decisão de autorizar a Mineração Santa Paulina Ltda. a realizar atividade de retirada e escoamento de pilhas de produtos (minério de ferro) existentes no interior da área diretamente afetada – ADA –

da Mina Boa Esperança, considerando que o mesmo pedido de licença ambiental feito pela referida mineradora recebeu sugestão pelo indeferimento no Parecer nº 167/Semad/Supram Central – DRRA/2021, sustentado por minucioso estudo técnico;

nº 2.019/2023, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a denúncia de que a Vale pretende usar a cava da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, para dar destino final ao rejeito – lama tóxica – do rompimento das Barragens B1, B IV e B IVA;

nº 2.090/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações sobre as medidas e políticas que estão sendo implementadas pelo Poder Executivo Municipal para conscientizar a população da importância da coleta seletiva e para ampliar essa coleta no referido município, considerando as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2010;

nº 2.185/2023, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre estatísticas relacionadas ao número de cães e gatos abandonados em Minas Gerais e a relação das principais motivações para o abandono desses animais;

nº 2.232/2023, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que proceda à revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça em especial para readequação da zona de amortecimento em área urbana;

nº 2.233/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Ione Pinheiro, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de informações consubstanciadas em relatório pluviométrico, com análise da ocorrência de chuvas e sua intensidade no período de outubro de 2022 até a presente data, comparando esse período com o mesmo dos últimos 5 anos, na região da Mina do Fernandinho, da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN;

nº 2.235/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a criação do Parque Nacional da Serra do Curral;

nº 2.236/2023, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Ione Pinheiro, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia Siderúrgica Nacional pedido de informações sobre o índice pluviométrico apurado nos pluviômetros da Mina do Fernandinho no período de outubro de 2022 até a presente data.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2023.

Tito Torres, presidente – Ione Pinheiro – Bella Gonçalves.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

Às 10h36min, comparecem à reunião os deputados Zé Guilherme, Rafael Martins, Doorgal Andrada, João Magalhães e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Leis nºs 2.693/2021 na

forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Rafael Martins); 86/2023 (relator: deputado Zé Guilherme); e 3.725/2022 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Doorgal Andrada). O Projeto de Lei nº 5.381/2018 (relator: deputado Rafael Martins) foi baixado em diligência à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

nº 2.226/2023, dos deputados Zé Guilherme, Doorgal Andrada, Rafael Martins e Leonídio Bouças, em que requerem seja informado à Mesa da Assembleia que o tema “Acompanhamento da situação fiscal do Estado com foco na arrecadação” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022;

nº 2.228/2023, dos deputados Zé Guilherme, Leonídio Bouças, Doorgal Andrada e Rafael Martins, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão que o tema “O início da transição do Detran-MG da Polícia Civil de Minas Gerais para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão” foi definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado;

nº 2.229/2023, dos deputados Zé Guilherme, Leonídio Bouças, Doorgal Andrada e Rafael Martins, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado ao secretário de Estado de Governo que o tema “A execução das emendas impositivas” foi definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado;

nº 2.230/2023, dos deputados Zé Guilherme, Doorgal Andrada, Leonídio Bouças e Rafael Martins, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado ao secretário de Estado de Fazenda que o tema “Melhoria das contas públicas” foi definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2023.

Zé Guilherme, presidente – Cássio Soares – Rafael Martins – Leonídio Bouças.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

Às 15h5min, comparecem à reunião a deputada Marli Ribeiro e os deputados Raul Belém e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nº 2.176/2020, no 2º turno (Coronel Henrique); 361/2023, em turno único (Dr. Maurício), 313/2019, no 1º turno, 3.775/2022, em turno único, e 362/2023, em turno único (Marli Ribeiro); 2.103, no 2º turno, 2.232/2020 e 3.161/2021, no 1º turno (Raul Belém). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.524/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e

a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.856/2023, da deputada Lud Falcão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para instalar delegacia rural na região do Alto Paranaíba e na região do Noroeste do Estado, para atender à população e garantir proteção contra os crimes no meio rural;

nº 1.901/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater os casos de raiva humana ocorridos no Estado, bem como as ações necessárias para controle e prevenção dessa zoonose;

nº 2.036/2023, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Muriaé, para debater a importância da piscicultura ornamental da região da Zona da Mata para o Estado e os desafios enfrentados pelos piscicultores para fomentar o crescimento da atividade;

nº 2.068/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos negativos para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável da proposta do governo de Minas Gerais de fusão entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater – e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, bem como a necessidade de ampliação do quadro funcional e de valorização salarial dos seus servidores;

nº 2.216/2023, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Serafim Peres, em 20/5/2023;

nº 2.219/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater os investimentos, no âmbito do Estado, para a produção de fertilizantes químicos e biofertilizantes;

nº 2.289/2023, da deputada Marli Ribeiro e dos deputados Raul Belém e Dr. Maurício, em que requerem seja informado à Mesa da ALMG que o tema “Qualidade dos serviços de energia elétrica no campo, universalização de acesso e conexão de unidades de geração distribuída” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza, Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022;

nº 2.290/2023, da deputada Marli Ribeiro e dos deputados Dr. Maurício e Raul Belém, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento os temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Qualidade dos serviços de energia elétrica no campo, universalização de acesso e conexão de unidades de geração distribuída”; “Ações governamentais para estimular o consumo interno, o beneficiamento do leite em solo mineiro e a retomada das compras com doação simultânea de leite para famílias em insegurança alimentar”; “Segurança no campo, incluindo invasões de terras produtivas”;

nº 2.291/2023, da deputada Marli Ribeiro e dos deputados Raul Belém e Dr. Maurício, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o tema deliberado pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Abordagem orientadora X punitiva da fiscalização ambiental de atividades agrossilvipastoris”.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2023.

Coronel Henrique, presidente – Dr. Maurício – Marli Ribeiro.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/5/2023

Às 14h22min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Coronel Sandro, Arnaldo Silva (substituindo o deputado Eduardo Azevedo, por indicação da liderança do Bloco Minas em Frente) e Professor Cleiton (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Bruno Engler. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 587/2019, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação e aprovados os requerimentos:

nº 2.117/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que seja implementada de forma imediata, no imóvel localizado no antigo Fórum de Contagem, situado na Av. João de Deus Costa, Centro, nesse município, a Cidade da Polícia Civil;

nº 2.150/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para apuração de supostas irregularidades no processo seletivo realizado para o cargo de coordenação do Nucad, uma vez que expediente semelhante foi enviado pela Associação Movimento Agentes Fortes de Minas Gerais aos citados órgãos – AMAFMG;

nº 2.283/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de crimes violentos, como roubos, latrocínios e homicídios, em que sejam vitimados motoristas de aplicativos de transporte no Estado;

nº 2.306/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que as escalas de serviço da 8ª Região de Polícia Militar sejam publicadas em ciclos de sete dias, com no mínimo sete dias de antecedência, inseridas no sistema de dados da instituição para acompanhamento e controle dos militares, com cômputo do cumprimento da carga horária semanal de trabalho apurado ao final de noventa dias e o somatório da carga horária não excedendo cento e sessenta horas por mês, conforme art. 4º da Lei Complementar nº 168, de 2022;

nº 2.307/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença do comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, a aplicação do disposto no § 1º do art. 15 da Lei nº 5.301, de 1969, acrescido pela Lei Complementar nº 168, de 2022, uma vez que recorrentes são as reclamações quanto às escalas de serviço adotadas;

nº 2.329/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer sejam formulados votos de congratulações com o Cb. PM Salvador Batista da Silva, o 3º-Sgt. PM Juliano Vinícius de Oliveira e o 2º-Sgt. PM José Ferreira de Paula Filho, da Companhia Tático-Móvel do 48º Batalhão de Polícia Militar, em Ibitité; os Srs. Elias Fernandes Pereira e Jorge Soares Coutinho, respectivamente, presidente e vice-presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Ibitité, e a Sra. Dalva Edileuza Dantas Sant'Ana, tesoureira desse conselho; a Cap. PM Lilian Aparecida Fernandes Dias, chefe da Seção de Prevenção às Drogas e Proteção Escolar da Diretoria de Operações da PMMG, em Caeté; a 3º-Sgt. PM Leidiana Maria Machado, do 6º Pelotão da 7ª Companhia de Polícia Militar, em Rio Manso; o Cb. PM Wydson Bastos da Cunha, do 7º Pelotão da 17ª Companhia Independente de Polícia Militar, em Alvinópolis; o Cb. PM Francisco Henriques Lopes Rodrigues, do destacamento de Guaraciaba da 21ª Companhia Independente de

Polícia Militar, em Ponte Nova; e o Sgt. PM Renzzo Alexandre Dal Ferro, da 35ª Companhia de Polícia Militar, em Santa Luzia, pelo trabalho realizado em sua função, com níveis de excelência;

nº 2.346/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados por meio do Requerimento em Comissão nº 2.329/2023;

nº 2.347/2023, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada reunião de convidados para ouvir todos os brasileiros que deixaram de ser convocados pela CPMI de 8 de janeiro, em especial os filhos de Minas Gerais, para que possam oferecer informações importantes à CPMI e apresentar suas versões dos fatos e provas ao exercício de sua ampla defesa;

nº 2.348/2023, dos deputados Sargento Rodrigues e Arnaldo Silva, em que requerem seja realizada audiência pública para debater questão relativa às condições de trabalho dos agentes penitenciários de Minas Gerais, como as escalas e horário de trabalho, saúde mental, a segurança física no deslocamento para o trabalho, na escolta e no acompanhamento de detentos que realizam tratamento médico-hospitalar, entre outras questões pertinentes;

nº 2.349/2023, dos deputados Sargento Rodrigues, Arnaldo Silva, Coronel Sandro, Bruno Engler e Professor Cleiton, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado, ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, detalhamento das informações relativas aos temas enfatizados por esta comissão a serem apresentadas na reunião de prestação de contas da gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando ainda o disposto em seu art. 73;

nº 2.350/2023, dos deputados Sargento Rodrigues, Arnaldo Silva, Coronel Sandro, Bruno Engler e Professor Cleiton, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais detalhamento das informações relativas aos temas enfatizados por esta comissão a serem apresentadas na reunião de prestação de contas da gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando ainda o disposto em seu art. 73;

nº 2.351/2023, dos deputados Professor Cleiton, Sargento Rodrigues, Coronel Sandro, Arnaldo Silva e Bruno Engler, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais detalhamento das informações relativas aos temas enfatizados por esta comissão a serem apresentadas na reunião de prestação de contas da gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando ainda o disposto em seu art. 73;

nº 2.352/2023, dos deputados Sargento Rodrigues, Arnaldo Silva, Bruno Engler, Coronel Sandro e Professor Cleiton, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, detalhamento das informações relativas aos temas enfatizados por esta comissão a serem apresentadas na reunião de prestação de contas da gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando ainda o disposto em seu art. 73;

nº 2.353/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ofício ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais solicitando anulação dos Requerimentos nºs 1.672 e 1.675/2023 e dos demais atos decorrentes da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, realizada em 4/8/2022, com a finalidade de debater as condições de trabalho e a situação dos servidores da Perícia Criminal da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, bem como a situação dos aprovados no último concurso público para perito criminal e médico-legista e a demanda de recomposição do quadro de servidores dessa área, por se tratar de tema relativo à política de segurança pública, competência desta comissão, nos termos da alínea “a”, do inciso XV, do art. 102, do Regimento Interno desta Casa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente – Eduardo Azevedo – Delegado Christiano Xavier.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/5/2023

Às 9h8min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do Bloco Avança Minas), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o processo de municipalização de unidades de saúde mental sob gestão da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pela Prefeitura de Belo Horizonte, tendo em vista os pressupostos do desenvolvimento urbano. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Thereza Coelho Papatela Jabour, gerente de Serviços Descentralizados, representando a presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig; Anna Laura de Almeida, membro da Comissão Municipal de Reforma Psiquiátrica de Belo Horizonte; Lourdes Aparecida Machado, presidente do Conselho Estadual de Saúde; Marta Elizabeth de Souza, membro do Fórum Mineiro de Saúde Mental; Laura Fusaro Camey, vice-presidente da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais – Asussam-MG; Lírica Saulluz Mattos Pereira, diretora de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas da Secretaria de Estado de Saúde, representando o secretário; e os Srs. Fernando de Siqueira Ribeiro, gerente da Rede da Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representando o secretário; Pedro Henrique Pimenta Silveira Crespo, assessor estratégico da Diretoria de Contratualização e Gestão da Informação da Fhemig; e Pedro de Paula do Nascimento Teixeira, psicólogo e coordenador da Comissão de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Conselho de Psicologia. A presidenta na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2023.

Cristiano Silveira, presidente – Roberto Lopes – Leleco Pimentel.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/5/2023

Às 11h5min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL) e Bella Gonçalves (substituindo o deputado Celinho Sintrocel, por indicação da liderança do BDL) e o deputado Oscar Teixeira (substituindo a deputada Nayara Rocha, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Oscar Teixeira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.370/2023, da deputada Nayara Rocha e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel e Delegado Christiano Xavier, em que requerem seja informado à Mesa da ALMG que o tema “Trabalho, empregabilidade e renda: as garantias do desenvolvimento econômico, segurança e valorização dos trabalhadores” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022;

nº 2.371/2023, da deputada Nayara Rocha e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel e Delegado Christiano Xavier, em que requerem sejam informados à secretária de Estado de Desenvolvimento Social os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Estratégias que a Sedese tem adotado para ampliar a cobertura da proteção social especial no Estado, indicando o crescimento desse nível de proteção nos últimos quatro anos (em número de equipamentos disponibilizados e em número de pessoas atendidas em cada tipo de serviço) e as perspectivas para este ano, especificando o que foi realizado no âmbito do acolhimento das vítimas de violência doméstica e familiar e de maus-tratos, considerando a população adulta, idosa e pessoas com deficiência”; “Atuação da Sedese para assegurar proteção e promoção social dos resgatados da condição de trabalho análogo à de escravo no Estado, tendo em vista que, ao serem resgatados, esses trabalhadores se veem em situação de extrema vulnerabilidade”; “Políticas desenvolvidas para apoio, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de mães responsáveis por famílias uniparentais no Estado”; e “Pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo (Situação dos gestores municipais para recebimento do Piso)”.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2023.

Bella Gonçalves, presidenta.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/5/2023

Às 14h11min, comparece à reunião a deputada Lohanna, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Lohanna, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater sobre o Dia Nacional da Dignidade Menstrual, comemorado em 28 de maio, e as reais dificuldades enfrentadas no combate à pobreza menstrual. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Julye Beserra, assessora da Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres, e Máira Cristina Corrêa Fernandes, coordenadora estadual dos Direitos para as Mulheres, representando a secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Carolina Baruque, ativista social; Rosália Aparecida Martins Diniz, analista educacional da Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular, representando o secretário de Estado de Educação; Fernanda Vieira de Oliveira, coordenadora-geral de Combate à Tortura do Ministério de Direitos Humanos; Sofia Amaral Carneiro Teixeira, coordenadora do Coletivo Se Lambuza e pesquisadora no Nepem/UFMG; e o Sr. Raiz Policarpo, integrante da Rede Feminista de Saúde. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/5/2023

Às 9h36min, comparecem à reunião os deputados Arnaldo Silva, Bruno Engler, Charles Santos, Doutor Jean Freire, Lucas Lasmar e João Magalhães (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Betão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arnaldo Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de comunicação do deputado Doutor Jean Freire, renunciando à relatoria do Projeto de Lei nº 3.892/2022; e *e-mail* do Sr. Daniel Gonçalves dos Santos, por meio do Fale com as Comissões, em que solicita agilidade na apreciação do Projeto de Lei nº 2.753/2021. A presidência comunica que torna sem efeito a designação de relatoria dos Projetos de Lei nºs 115 e 150/2023, uma vez que foram anexados aos Projetos de Lei nºs 9/2023 e 329/2019, respectivamente. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado pela comissão requerimento do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja apreciado em primeiro lugar o Projeto de Lei nº 2.544/2021. Após discussão e votação, é aprovado parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.544/2021 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Doutor Jean Freire). Registra-se a presença do deputado Zé Laviola. Após discussão e votação, são aprovados pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva) e dos Projetos de Lei nºs 1.589/2020 (relator: deputado Bruno Engler); 3.706/2022 (relator: deputado João Magalhães, em virtude de redistribuição); 4.003/2022 e 176 e 464/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva); 57/2023 (relator: deputado Doutor Jean Freire); 315/2023 (relator: deputado Lucas Lasmar), todos na forma do Substitutivo nº 1; e do Projeto de Lei nº 3.895/2022 (relator: deputado Doutor Jean Freire). Na fase de discussão do Projeto de Lei nº 3.892/2022, retira-se da reunião o deputado Doutor Jean Freire, que é substituído pelo deputado Betão, e o referido projeto recebe parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Lucas Lasmar, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do Projeto de Lei nº 1.115/2019, que recebeu parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do relator Charles Santos, é recebida Proposta de Emenda nº 1, de autoria do deputado Doutor Jean Freire. O parecer é aprovado, registrando-se voto contrário do deputado Doutor Jean Freire. A Proposta de Emenda nº 1 é rejeitada, registrando-se votos contrários dos deputados Arnaldo Silva, Zé Laviola, Bruno Engler e Charles Santos. Na fase de discussão do Projeto de Lei nº 3.041/2021, é recebida Proposta de Emenda nº 1, de autoria do Deputado Doutor Jean Freire. O relator, deputado Charles Santos, retira o parecer anterior e apresenta novo parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 e a Proposta de Emenda nº 1 é prejudicada por estar contemplada no parecer. Na fase de discussão do Projeto de Lei nº 387/2023, em 1º turno, que recebeu parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do relator deputado Arnaldo Silva, é recebida Proposta de Emenda nº 1. O parecer é aprovado, registrando-se votos contrários dos deputados Doutor Jean Freire e Lucas Lasmar. A Proposta de Emenda nº 1 é rejeitada, registrando-se votos contrários dos deputados Arnaldo Silva, Zé Laviola, Bruno Engler e Charles Santos. Na fase de discussão do Projeto de Lei nº 404/2023, em 1º turno, que recebeu parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do relator deputado Charles Santos, são recebidas Propostas de Emenda nºs 1 e 2, de autoria dos deputados Lucas Lasmar, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel. O relator retira o parecer anterior e apresenta novo parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 e as Propostas de Emenda nºs 1 e 2 são prejudicadas por estarem contempladas no parecer. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 4.105/2022, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; 319/2023, ao autor, à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Iraí; 384/2023, às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Justiça e Segurança Pública; 559/2023, à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de

São Sebastião do Maranhão. Na fase de discussão do parecer do relator designado, deputado Arnaldo Silva, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 767/2023 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Lucas Lasmar. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados em turno único, cada um por sua vez, pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.071/2021 e 435/2023 (relator: deputado Zé Laviola); 291 e 528/2023 (relator: deputado Bruno Engler); 437 e 439/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva); 456/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva, em virtude de redistribuição); 479, 493 e 495/2023, este com a Emenda nº 1 (relator: deputado Doutor Jean Freire); e 579/2023 (relator: deputado Lucas Lasmar). São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 3.818 e 3.999/2022 e 411, 427, 475, 481, 535 e 543/2023, aos respectivos autores; e 198/2023 à Secretaria de Estado de Governo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária amanhã, dia 31/5/2023, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2023.

Arnaldo Silva, presidente – Charles Santos – Zé Laviola – Lucas Lasmar – Doutor Jean Freire.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/5/2023

Às 14h37min, comparecem à reunião os deputados João Magalhães, Roberto Andrade, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.667 e 2.979/2021 e 3.712/2022 (Beatriz Cerqueira) e 2.756/2021 e 95/2023 (João Magalhães). A seguir, comunica o recebimento de *e-mail*, em 19/5/2023, por meio do Fale com as Comissões, do Sr. Felipe Antonio da Silva, indagando se seria possível incluir em pauta na comissão a possibilidade de nomeação do cadastro de reserva do concurso público para o cargo de auditor fiscal de tributos estaduais, realizado em 2023, e também a reparação do quantitativo de cargos de auditores fiscais extintos irresponsavelmente, em 2016, pelo governo anterior, e suspende os trabalhos. Às 15h7 minutos são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados João Magalhães, Roberto Andrade, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Grego da Fundação. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.756/2021 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, e 95/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Magalhães), registrando-se o voto em branco da deputada Beatriz Cerqueira no último. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.667, 2.979/2021 e 3.712/2022, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pela relatora, deputada Beatriz Cerqueira. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias para logo mais, às 21h15, e amanhã, dia 31 de maio, às 14 horas, para apreciar os pareceres dos Projetos de Lei nºs 359/2023, 2.667 e 2.979/2021 e 3.712/2022, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2023.

João Magalhães, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/5/2023

Às 15h13min, comparecem à reunião a deputada Marli Ribeiro e os deputados Coronel Henrique e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ministério da Agricultura e Pecuária (4/2/2023), e do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (27/4/2023). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.775/2022 e 362/2023, sendo este com a Emenda nº 1, votada em separado (relatora: deputada Marli Ribeiro). Registra-se a presença da deputada Lud Falcão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.778 e 1.825/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 2.480/2023, da deputada Lud Falcão, em que requer seja realizada visita técnica ao Instituto Pensar Agropecuário, em Brasília. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2023.

Coronel Henrique, presidente.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Cristiano Silveira e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/6/2023, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a recomposição das perdas inflacionárias suportadas pelos servidores da segurança pública do Estado e, especificamente, as ações e medidas efetivamente realizadas pelo governo para, em cumprimento ao inciso X do art. 37 da Constituição Federal e ao art. 24 da Constituição Estadual, repor o percentual de 35,44% de inflação acumulada no período de 2015 a 2022.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Nayara Rocha e os deputados Celinho Sintrocel, Caporezzo e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/6/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater, com o ministro do Trabalho e Emprego, o projeto de valorização e fortalecimento da negociação coletiva e atualização do sistema sindical brasileiro, bem como as propostas, iniciativas e políticas públicas desenvolvidas pelo ministério em áreas como relações e inspeção do trabalho, proteção ao

trabalhador, manutenção do cadastro de sindicatos, produção de dados estatísticos sobre emprego, evolução salarial, admissões, desligamentos e outras informações do mercado de trabalho e qualificação e fomento à geração de emprego e renda.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2023.

Betão, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.071/2021

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Raul Belém, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública Rural – Consep Rural – dos Municípios de Frutal e Comendador Gomes, com sede no Município de Frutal, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.071/2021 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública Rural dos Municípios de Frutal e Comendador Gomes, com sede no Município de Frutal, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade tem por finalidade colaborar nas atividades de manutenção e prevenção da ordem pública, a cargo dos órgãos de segurança pública do Estado, com vistas a uma maior eficiência, presteza e controle das ações em defesa das comunidades rurais dos Municípios de Frutal e Comendador Gomes.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Conselho Comunitário de Segurança Pública Rural dos Municípios de Frutal e Comendador Gomes, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.071/2021, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2023.

Eduardo Azevedo, relator.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 1º/6/2023, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.193/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 720/2023, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 716/2023, do deputado Enes Cândido. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 716/2023, do deputado Enes Cândido. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 650/2023, do deputado Oscar Teixeira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 262/2023, da deputada Marli Ribeiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 200/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 570/2023, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.225/2023, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Oliveira, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.701/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.199/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 2/6/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Teofilo Antonio Garzon Henrique, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 5/6/2023, Ana Carolina Utsch Terra da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – Gerência de Comunicação em Mídias Digitais;

designando Cristina Alkmim Guimarães para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – Gerência de Comunicação em Mídias Digitais.

TERMO DE CONTRATO Nº 40/2023**Número no Siad: 9386580**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Helen Paula Caitana Dias Ltda. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de livros, em formato impresso, para a Biblioteca Deputado Camilo Prates. Vigência: 12 meses, contados da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 9/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.4.4.90.10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 59/2023**Número no Siad: 9291874-2**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hemotech Comércio e Serviços Ltda. – EPP. Objeto: manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos. Objeto do aditamento: segunda prorrogação do Contrato nº 75/2021, com reajuste de preços. Vigência: de 20/9/2023 a 19/9/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**ERRATA****ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/5/2023**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/6/2023, na pág. 37, sob o título “Requerimentos”, no despacho do Requerimento nº 1.989/2023, onde se lê:

“(– À Mesa da Assembleia.)”, leia-se:

“(– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Administração Pública. Anexe-se ao Requerimento nº 1.988/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)”.